

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2024

Chamada Pública n.º 003/2024, para aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTI, OVO CAPIRA E POLPA DE FRUTA), ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR** nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Lei nº 11.947/2009, para o alunado da Rede Municipal de Educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SME, no ano letivo de 2025.

A **Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 – Centro – Nova Friburgo/RJ, inscrita no CNPJ sob n.º 28.606.630/0001-23, considerando o disposto na Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660/2023, da Resolução FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, da Resolução FNDE nº 21/2021, através da **Secretaria Municipal de Educação**, vem realizar **Chamada Pública** para aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTI, OVO CAPIRA E POLPA DE FRUTA), ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR** nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, durante o período letivo de 2025. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projetos de Venda no dia **03/12/2024 às 10:00h.**, na sala da Comissão de Contratação, localizada na Avenida Alberto Braune, 224, Térreo, Centro - Nova Friburgo/RJ.

1. OBJETO E VALOR

O objeto da presente **Chamada Pública** é a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTI, OVO CAPIRA E POLPA DE FRUTA), ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR** nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL
01	ABACATE	KG	6.036	6,18	37.302,48
02	ABOBORA	KG	29.040	5,67	164.656,80
03	ABOBRINHA	KG	14.080	5,26	74.060,80
04	AIPIM	KG	7.008	5,09	35.670,72
05	ALFACE LISA	KG	5.620	7,57	42.543,40
06	ALHO	KG	3.960	29,98	118.720,80
07	BATATA DOCE	KG	22.920	4,84	110.932,80
08	BANANA PRATA	KG	88.360	5,75	508.070,00
09	BANANA D'ÁGUA	KG	13.760	5,23	71.964,80
10	BETERRABA	KG	11.264	4,83	54.405,12
11	BRÓCOLIS	KG	8.448	6,71	56.686,08
12	CAQUI	KG	9.560	6,23	59.558,80

13	CHUCHU	KG	17.520	3,79	66.400,80
14	CENOURA	KG	17.520	5,96	104.419,20
15	CEBOLA	KG	10.520	8,89	93.522,80
16	COUVE	KG	12.672	6,15	77.932,80
17	COUVE- FLOR	KG	11.264	5,95	67.020,80
18	CHEIRO VERDE	KG	5.300	18,17	96.301,00
19	ESPINAFRE	KG	12.672	5,74	72.737,28
20	GOIABA	KG	23.900	6,31	150.809,00
21	INHAME	KG	10.512	6,31	66.330,72
22	LIMÃO BRANCO	KG	6.620	5,11	33.828,20
23	REPOLHO	KG	9.856	5,12	50.462,72
24	TANGERINA PONKAN	KG	14.340	4,86	69.692,40
25	TOMATE	KG	16.560	8,91	147.549,60
26	TOMATE GRAPE	KG	2.520	21,99	55.414,80
27	VAGEM MANTEIGA	KG	2.368	10,10	23.916,80
28	MILHO VERDE, ESPIGA	KG	4.020	4,95	19.899,00
29	MORANGO	KG	3.736	30,00	112.080,00
30	OVO DE GALINHA CAIPIRA, íntegros, sem sujidades, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	DZ	10.520	15,99	168.214,80
31	POLPA DE FRUTA INTEGRAL, GOIABA Congelada, pasteurizada, acondicionada em embalagem original com no mínimo 1 kg, contendo descrição das características do produto, atendendo à legislação.	U	14.020	23,21	325.404,20
32	POLPA DE FRUTA INTEGRAL, MANGA Congelada, pasteurizada, acondicionada em embalagem original com no mínimo 1 kg, contendo descrição das características do produto, atendendo à legislação.	U	14.020	26,41	370.268,20
TOTAL GERAL: R\$ 3.506.777,72					

1.1 ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

- Modelo de projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para grupos formais - **Anexo I**;
- Modelo de declaração do agricultor familiar produção própria grupos formais - **Anexo II**;
- Modelo proposto para os grupos informais - **Anexo III**;
- Modelo de declaração do agricultor familiar produção própria para grupos informais ou fornecedores individuais - **Anexo IV**;
- Modelo proposto para os fornecedores individuais - **Anexo V**;
- Declaração de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda dos cooperados/associados (grupos formais) - **Anexo VI**;

2. FONTE DE RECURSO

A despesa decorrente deste certame correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho:

Programas de Trabalho nº: 22002.1236100572.147, nº 22003.1236500672.166 e nº 22004.1236500762.183;
Fonte de Recurso: 1552 0000 0000 e 1500 1001 0000
Elemento de Despesa: 339030-17

3. HABILITAÇÃO DOS FORNECEDORES

3.1. De acordo com o Art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, arts. 24 a 39 da Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020 e suas atualizações, os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de:

- A) Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física;
- B) Grupos Informais, agricultores familiares detentores de DAP física organizados em grupos; e
- C) Grupos Formais, organização produtiva detentora de DAP Jurídica.

ATENÇÃO: A Lei nº 14.660, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.

§ 3º "A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata o caput deste artigo, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido." (NR)

3.1.1. ENVELOPE Nº 01 – DA HABILITAÇÃO DOS FORNECEDORES INDIVIDUAIS (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar, no envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar, com assinatura do agricultor participante;
- IV - Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso; e
- V - Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.1.2. ENVELOPE Nº 01 – DA HABILITAÇÃO DOS GRUPOS INFORMAIS (detentores de DAP Física, organizados em grupo)

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- IV - Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso; e

V - Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3.1.3. ENVELOPE Nº 01 – DA HABILITAÇÃO DOS GRUPOS FORMAIS

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- IV - Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- VI - Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII - Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- VIII - Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas, quando for o caso.

3.2. Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação ou de amostras a serem apresentadas conforme descrito no artigo 41 da Resolução nº 06/2020, fica facultado ao Agente de Contratação, a abertura de prazo para regularização das desconformidades.

4. ENVELOPE Nº 02 – PROJETOS DE VENDA

4.1. No **Envelope nº 02** os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar**, conforme **Anexo I** (modelo da Resolução FNDE n.º 06/2020).

4.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em até 05 (cinco) dias úteis após o prazo da publicação da relação dos proponentes e, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

4.3. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.4. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias úteis, conforme análise da Comissão de Contratação.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, nos termos do artigo 35 da Resolução FNDE nº 06/2020, os projetos de venda habilitados devem ser divididos em:

- A) Grupo de projetos de fornecedores locais;
- B) Grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas;
- C) Grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias;
- D) Grupo de projetos do Estado; e

E) Grupo de projetos do País.

5.2. Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP;

5.3. Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica.

5.4. Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- A) O grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;
- B) O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;
- C) O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país; e
- D) O grupo de projetos de fornecedores do estado tem prioridade sobre o do país.

5.5. Em cada grupo de projetos acima descritos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- A) **Os assentamentos de reforma agrária**, comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- B) **Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos**, segundo a Lei nº 10.831/2003, Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;
- C) **Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais e estes sobre Cooperativas Centrais de Agricultura Familiar**, detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP;
- D) Caso não se obtenha as quantidades necessárias dos produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos neste edital.

5.6. No caso de empate entre Grupos Formais, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica.

5.7. Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. Antes da adjudicação, a Coordenação de Nutrição Escolar se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade. Sendo que para hortifruti não existe tal exigência, portanto reserva-se somente o direito da solicitação da amostra dos itens 30, 31 e 32.

6.2. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

6.3. A apresentação da (s) amostra (s) será na data do chamamento público, mediante a solicitação feita pelo Agente de Contratação, durante a sessão pública.

6.4. Posteriormente, o Nutricionista da SME encaminhará as amostras para o Setor de Nutrição Escolar, localizado na Secretaria Municipal de Educação.

6.5. As amostras deverão ser entregues acompanhadas de suas Fichas Técnicas ou declaração com informações sobre a composição nutricional dos produtos, demonstrando a responsabilidade dos fornecedores dos gêneros alimentícios pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos licitados, declarando em papel timbrado e assinado pelo responsável ou procurador do proponente.

6.6. Os testes serão efetuados pelo corpo técnico deste órgão, que fará avaliação sensorial e nutricional do produto

6.6.1. Análise nutricional: verificação dos produtos contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive a nutricional, esteja em conformidade com a legislação em vigor.

6.6.2. Análise sensorial: verificação das características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada)

6.7. A área técnica, com laudo devidamente motivado nos critérios de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, descritos nas análises nutricionais e sensoriais previstas nos itens 6.6.1 e 6.6.2, comunicará ao Agente de Contratação se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios ou reprovada, na falta de pelo menos um deles. Caso não seja aprovada, o Agente de Contratação convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

6.8. Após a análise técnica, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **NUTRIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho. **A mercadoria deverá ser entregue semanalmente, nos locais predeterminados pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 05 dias a partir da solicitação emitida via e-mail (nutricao@sme.novafriburgo.rj.gov.br) pelo Setor de Nutrição Escolar, nos quantitativos e especificações determinadas, conforme Planilhas de Distribuição.**

a) Os produtos serão recebidos somente pelo(a) Responsável pela Merenda na Unidade Escolar, conforme o TERMO DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FISCAL DE MERENDA ESCOLAR, instituído através de Portaria N°01, de 24 de janeiro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação, designando diretores e dirigentes de cada Unidade Escolar- U.E, na função de fiscal da merenda.

b) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **EDITAL** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) Os bens serão recebidos definitivamente, contados do recebimento após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante assinatura do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, pelo responsável da merenda na respectiva U.E.

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.2. Locais de entrega: Unidades Escolares da rede municipal de educação e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação;

7.3. Dias de entrega: segunda-feira e terça-feira ou de acordo com a solicitação prévia do Setor de Nutrição;

7.4. Horários de entrega: 07hs às 14hs.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, Endereço: Avenida Alberto Braune, 225 – Centro - Nova Friburgo - RJ CEP: 28613-001;

9.2. Todos os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme as informações dispostas no anexo I deste Termo de Referência às fls 193/209.

9.3. Da liquidação da despesa:

9.3.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

9.3.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

9.4. Do pagamento da despesa:

9.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

9.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente Chamada Pública e respectivos anexos estão disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura no endereço: www.pmnf.rj.gov.br/licitacao/ e no Portal Nacional e Compras Públicas, no endereço: <https://pncp.gov.br/app/editais>.

10.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

10.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/E.Ex;

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00 (vinte mil reais).

10.4. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um **Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar** que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III – Dos Contratos, da Lei 14.133/2021.

10.5. Os participantes estão obrigados ao cumprimento integral das disposições expressas no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

Nova Friburgo, 29 de outubro de 2024

Secretaria Municipal de Educação